

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Para que Mariana não se repita.....	2
Título: Poder em Jogo	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	3
Título: Gás de cozinha pode ficar até 15% mais caro.....	3
Título: Cosan compra fatia da Shell na Comgás	4
Título: Notas	5
Título: CVM acusa 40 pessoas por suspeitas de irregularidade na Petrobrás	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Cosan compra parte da Shell na Comgás por R\$ 1,15 bilhão	7
Título: Com política de reajuste, botijão acumula alta de 48% em 4 meses	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Preço do gás sobe e da gasolina baixa.....	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Destaques	10
Título: Venda da Cesp será retomada com novo prazo de concessão.....	11
Título: Bioenergy obtém liminar contra execução da Aneel.....	13

Título: Justiça suspende venda de campos da Petrobras	14
Título: Curta.....	15
Título: Usinas do Centro-Sul estão cada vez mais alcooleiras	16

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Francis Bogossian

Título: Para que Mariana não se repita

A despeito da Lei 12.334, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água, à disposição de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, se não houver uma mudança de comportamento de todos os envolvidos, os chamados stakeholders, mineradoras, projetistas, construtores, consultores, órgãos governamentais, sociedade e governos continuaremos a assistir de camarote a rupturas de barragens de rejeito no Brasil. As determinações estabelecidas na Lei de Segurança de Barragens, os requisitos das normas técnicas, diretrizes nacionais e internacionais e as boas práticas da engenharia ainda não estão sendo obedecidos completamente, mesmo após o trágico acidente da Barragem do Fundão, em Mariana, em novembro de 2015. A Lei de Segurança de Barragens estabelece obrigações do empreendedor, tais como prover os recursos e os serviços especializados necessários à garantia da segurança da barragem, providenciar a elaboração e a atualização do plano de segurança, realizar as inspeções de segurança previstas e elaborar o plano de ação de emergência.

Estas obrigações têm que ser atendidas para valer, e competência para isto não nos falta. A engenharia brasileira de barragens tem reconhecimento nacional e internacional. Temos engenheiros, hidrólogos e geólogos de altíssimo nível, assim como pesquisadores. As universidades brasileiras produzem continuamente pesquisas, teses de mestrado e doutorado, com grande significância para a indústria da mineração. Empresas especializadas detentoras de equipamentos e tecnologia moderna, laboratórios geotécnicos e técnicas de monitoramento também estão disponíveis no Brasil. O projeto de lei nº 3.676/16, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e a fiscalização de barragens em Minas Gerais, está com sua tramitação na Assembleia Legislativa do estado praticamente parada.

Se aprovado, será mais um importante elemento, dentro do arcabouço legal sobre o tema, que irá contribuir para que novas tragédias não se repitam. Sem dúvida, será uma referência nacional. A abrangência deste projeto de lei é a mesma da lei federal: barragens com altura maior ou igual a 15 metros; reservatório com capacidade maior ou igual a três milhões de metros cúbicos; reservatório com resíduos perigosos e potencial de dano ambiental médio ou alto. Uma das principais novidades trazidas pelo projeto em relação à legislação atual é a proibição da construção de barragens de rejeitos em área onde seja identificada alguma forma de povoamento a jusante, da construção por alteamento a montante e outras restrições importantes.

Recomenda também a verificação técnica independente em todas as fases do empreendimento — estudos de concepção e viabilidade, projeto, construção, operação e fechamento e reabilitação ambiental. Tenho visto que é necessário melhorar e muito a qualidade dos estudos do meio biótico, com suas áreas protegidas, flora e fauna; do meio socioeconômico, com diagnóstico detalhado da região, do seu patrimônio arqueológico e cultural; e do meio físico, que são os estudos geológicos, geotécnicos, hidrológicos, clima etc. Projetos bem elaborados e detalhados, com todos os riscos corretamente analisados e mitigados, associados às compensações ambientais e sociais pertinentes, certamente, evitarão que venham a ocorrer novos acidentes nas barragens de rejeitos em operação no Brasil.

Francis Bogossian é presidente da Academia Nacional de Engenharia

VEÍCULO: O Globo

Seção: Política

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em Jogo

Pauta elétrica

O governo vai abrir licitação para contratar uma assessoria de imprensa com a missão de cuidar da privatização da Eletrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Gás de cozinha pode ficar até 15% mais caro

O gás de cozinha ficou mais caro a partir da zero hora de hoje. A Petrobrás anunciou que vai aumentar em 12,9% o GLP vendido em botijões de até 13 kg.

"O porcentual de reajuste foi calculado de acordo com a política de preços divulgada em junho e reflete, principalmente, a variação das cotações do produto no mercado internacional", informou a estatal, em comunicado.

Desde que anunciou a nova política de reajustes frequentes do preço do gás de cozinha, no dia 7 de junho, a Petrobras já reviu os preços na refinaria em 40,8%, segundo cálculo do diretor do Centro Brasileiro de InfraEstrutura (CBIE), Adriano Pires.

Segundo a empresa, o aumento ao consumidor dependerá do repasse das distribuidoras e revendedores, mas, se o aumento for repassado integralmente, a estimativa é de que o preço do botijão possa ser reajustado, em média, em 5,1% ou cerca de R\$ 3,09 cada.

Para o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicás), o aumento do preço divulgado pela Petrobras nas refinarias pode afetar bem mais o bolso do consumidor: entre 7,8% e 15,4% de reajuste.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Cosan compra fatia da Shell na Comgás

O grupo Cosan informou ontem que a petroleira Shell exerceu uma opção de venda de suas ações na Comgás, maior distribuidora de gás natural do País. Segundo a companhia, o valor a ser pago pelos papéis da distribuidora é de R\$ 1,16 bilhão.

Pelo acordo, a Cosan Limited ficará com 16,77% do capital social da Comgás e, em troca, entregará à Shell 4,99% do capital da Cosan. A Cosan ainda pagará à Shell R\$ 208,65 milhões na data do fechamento da operação e R\$ 214,9 milhões em um ano.

Contrato. A operação ocorre em conformidade com um contrato de opção celebrado entre a Shell e a Cosan Limited em 2012, de acordo com a Cosan. A companhia ressaltou, no entanto, que a transação só produzirá efeitos após atendidas condições precedentes que incluem a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia / colunas**Autor:****Título:** Notas

Cemig alonga R\$ 3 bi em dívidas com bancos

A Cemig, que há meses busca alternativas para melhorar sua situação financeira, conseguiu alongar por mais cinco anos uma dívida no montante de cerca de R\$ 3 bilhões com os principais bancos do País. A negociação teria sido feita individualmente com cada instituição, mas, em geral, as condições do reperfilamento foram as mesmas. Com mais de R\$ 4 bilhões em dívidas com vencimento em 2017, a Cemig está quitando parte do que deve com o dinheiro de seu caixa, que tem sido levemente reforçado com a estratégia de desinvestimentos. Em paralelo, a companhia segue avaliando a possibilidade de uma emissão de até US\$ 1,5 bilhão em eurobonds, para melhorar o cronograma de vencimentos, pois ainda tem mais R\$ 3,9 bilhões a vencer em 2018. A elétrica chegou a testar o mercado externo em maio, mas achou a taxa exigida, de 9% a 9,5% ao ano, alta demais. No entanto, a percepção agora é de que a Cemig terá de pagar mais caro ainda, um retorno de cerca de 10% ao ano.

» **Mais desafios.** Embora o plano de reperfilamento de dívida esteja avançando, a empresa ainda tem mais um desafio bilionário a enfrentar. Seus sócios na Light já informaram que vão exercer a opção de venda de ações da empresa, que vence no mês que vem, para a própria Cemig e não estariam dispostos a dar novos perdões (waiver) ou aceitar adiamentos, mesmo que o processo de venda da distribuidora carioca esteja em andamento. Essa opção representa um desembolso adicional de cerca de R\$ 1,6 bilhão e pode levar a Cemig a acelerar a venda de algum ativo, que pode ser toda sua participação na Taesa. Procurada, a Cemig não comentou.

» **Não dá.** O plano de recuperação judicial da Refinaria Manguinhos está na berlinda. O procurador-geral de São Paulo, juntamente com outros seis procuradores, assinou carta em que reitera a "completa inviabilidade" do plano apresentado pela empresa.

» **Está perto.** No documento, destacam que a necessidade de decretação de falência parece próxima. Na mesma carta, os procuradores relembram parte dos graves problemas da refinaria, como inadimplência, concorrência desleal e apropriação indébita de tributos. As dívidas da Manguinhos com o Estado já chegam a R\$ 1,77 bilhão. Procurada, a Manguinhos não respondeu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Mariana Durão****Título: CVM acusa 40 pessoas por suspeitas de irregularidade na Petrobrás**

Investigação. Lista de acusados inclui nomes como dos ex-presidentes Aldemir Bendine, Graça Foster e José Sérgio Gabrielli, além de ex-conselheiros e executivos da atual diretoria; pena vai de multa até inabilitação para atuar em companhias abertas

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado de capitais, acusa 40 administradores e ex-administradores da Petrobrás de terem burlado as normas contábeis brasileiras. A suspeita de irregularidade está na reavaliação do valor de ativos como as Refinarias Abreu e Lima (Rnest) e o Complexo Petroquímico do Rio (Comperj). A lista de acusados inclui nomes como o diretor financeiro da estatal Ivan Monteiro e os ex-presidentes Aldemir Bendine, Graça Foster e José Sérgio Gabrielli.

O detalhes em torno da suspeita de irregularidade ainda não são públicos. A acusação da CVM indica uma violação por parte dos administradores do chamado "dever de diligência", que determina, entre outros pontos, que eles zelem pela saúde financeira da companhia. Por isso, nessa etapa das investigações, além dos diretores, todos os conselheiros das gestões que estão sob a mira da CVM se tornam alvo da apuração - uma vez que são responsáveis, respectivamente, pela elaboração das contas e por fiscalizá-las.

As falhas nos procedimentos contábeis, realizados anualmente, podem ter levado a Petrobrás a divulgar informações que não refletiam a sua real situação financeira. A revisão de projetos avalia se suas receitas futuras serão suficientes para arcar com os custos de operação e recuperar os investimentos. Caso contrário, são feitas baixas contábeis, que afetam seu lucro e o pagamento de dividendos.

A área de abastecimento, alvo da denúncia, reúne as operações do conjunto de refinarias, oleodutos e terminais da petroleira. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a CVM analisou as demonstrações financeiras de 2010 a 2014 para verificar inconsistências ou a falta dos testes - chamados "impairment" no jargão financeiro. Só em 2014 e 2015, houve baixas contábeis de quase R\$ 100 bilhões.

A CVM acusa atuais e ex-diretores, conselheiros de administração e fiscais pelas supostas irregularidades. Além dos ex-presidentes, a lista inclui executivos da atual diretoria: Ivan Monteiro (Financeiro), Solange Guedes (Exploração e

Produção), Roberto Moro (Desenvolvimento), Jorge Celestino (Refino), Hugo Repsold (Assuntos Corporativos) e João Elek (Governança).

Também estão no processo ex-conselheiros de administração como o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, a ex-ministra do Planejamento Miriam Belchior, o ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e os empresários Jorge Gerdau e Josué Gomes da Silva. São acusados ainda os ex-diretores envolvidos na Lava Jato Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Jorge Zelada.

Procurada, a Petrobrás não se manifestou. Graça Foster e Coutinho não comentaram. Os outros citados no processo não foram encontrados ou não quiseram comentar. A assessoria de Gerdau informou que ele ainda não foi notificado. A CVM aguarda as defesas. A pena, após o julgamento, vai de multa de até R\$ 500 mil à inabilitação para atuar em companhias abertas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Cosan compra parte da Shell na Comgás por R\$ 1,15 bilhão

A Cosan anunciou nesta terça (10) a compra por R\$ 1,156 bilhão da fatia da Shell na distribuidora de gás canalizado Comgás, que atende a região metropolitana e parte do Estado de São Paulo.

A operação envolve a transferência para a Cosan de 16,77% das ações da Comgás. Em contrapartida, a Shell receberá R\$ 423 milhões em duas parcelas e 4,99% das ações da Cosan.

As duas empresas já são sócias na Raízen, que é dona da rede de postos Shell e de usinas de açúcar e álcool.

"Essa operação nos permite focar nossos esforços no Brasil em áreas com maior valor estratégico para a Shell no longo prazo", disse, em nota, o diretor de Gás e Novas Energias da Shell.

Após a compra da BG, em 2015, a Shell se tornou a maior empresa privada com atuação no segmento de exploração e produção de petróleo no Brasil e vem demonstrando apetite por ativos no pré-sal.

É sócia da Petrobras no maior campo produtor do país e faz parte do consórcio que adquiriu em 2013 os direitos para explorar a maior descoberta brasileira, Libra, que deve começar a produzir ainda este ano.

A Cosan é a maior distribuidora de gás brasileira, com uma rede de 14 mil quilômetros de gasodutos e mais de 1,7 milhão de clientes em 87 municípios. Em comunicado, as empresas destacaram que a conclusão do negócio depende de aprovação das autoridades competentes. A expectativa é que o processo seja finalizado até o fim do ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Com política de reajuste, botijão acumula alta de 48% em 4 meses

A Petrobras anunciou nesta terça-feira (10) o quarto aumento consecutivo no preço do botijão de gás. Com o reajuste, de 12,9%, o produto já acumula alta de 47,6% desde que a estatal iniciou nova política de preços do combustível, no dia 7 de junho.

O aumento vale apenas para o produto vendido em botijões de até 13 quilos, mais usado em residências. O preço do gás consumido principalmente por comércio e indústria, não foi alterado.

Em nota, a Petrobras calcula que, se o repasse for integral, o preço para o consumidor poderá subir 5,1%, ou cerca de R\$ 3,09 por botijão.

Segundo a ANP (agência reguladora do setor), o preço de revenda do botijão de 13 quilos já subiu 9,12% desde a semana anterior à mudança na política de preços.

Na semana encerrada no sábado (7), o botijão custava, em média no país, R\$ 62,21. Quatro meses antes, em 3 de junho, era vendido a R\$ 57,01. A Petrobras diz que o novo reajuste reflete a variação do preço do combustível no mercado internacional.

Segundo a consultoria S&P Global Platts, a cotação europeia do propano –um dos elementos que compõem o GLP (gás liquefeito de petróleo)– atingiu no fim de setembro o maior valor em três anos e meio, impulsionada pela demanda na Ásia.

A partir de 2005, por determinação do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), a estatal passou a praticar preços para os dois produtos. O objetivo, na época, era segurar o preço do botijão para controlar a inflação.

O preço do gás vendido em botijões de 13 quilos chegou a ficar congelado por 12 anos, entre 2003 e 2015.

Desde junho, a estatal vem ajustando o preço de acordo com variação da cotação internacional e do câmbio, com uma margem de 5%. No caso dos vasilhames maiores, a Petrobras inclui também o custo de importação.

A área energética do governo, porém, defende o fim do subsídio ao produto destinado ao mercado residencial, com o argumento de que a prática de preços diferentes afasta investidores.

Segundo estimativa do Sindicato das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo), após o reajuste desta terça, o gás vendido em botijões menores custará 68,5% do preço destinado aos mercados comercial e residencial.

O preço da gasolina, que também acompanha as cotações internacionais e vem tendo reajustes quase diários variou menos do que o preço do GLP. Nas bombas, segundo a ANP, o aumento é de 8,27% no período. Nas refinarias, a alta acumulada é de 5,76% desde a mudança na política de preços, no dia 4 de julho.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Preço do gás sobe e da gasolina baixa

O gás de cozinha ficou mais caro. A Petrobras anunciou aumento de 12,9% no GLP vendido em botijões de até 13 kg, mas a alta ao consumidor dependerá do repasse das distribuidoras e revendedoras, segundo informou a estatal. Se a elevação de preço for repassada integralmente, a estimativa é de que o preço do botijão seja reajustado, em média, em 5,1%, ou cerca de R\$ 3,09 por botijão.

Por meio da assessoria, a Petrobras informou que o aumento foi calculado de acordo com a política de preços divulgada de junho deste ano e que “reflete, principalmente, a variação das cotações do produto no mercado internacional”. Para o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás), ainda existe uma defasagem de preço com o mercado externo e o aumento nas refinarias pode afetar bem mais o bolso do consumidor: entre 7,8% e 15,4% de elevação, dependendo do local do suprimento.

O fato é que o analista de sistemas Vantuil Chagas, 39 anos, já não sabe o que fazer para economizar no gás. Ele paga R\$ 70 a cada quatro meses. Isso porque

ele e a mulher almoçam fora e conseguem economizar no botijão. “Imagina quem paga R\$ 70 todo mês? É muito dinheiro! E eu sei que esse valor vai refletir também no valor da comida dos restaurantes”, criticou.

O motorista Pedro Fernandes, 50, também reclama dos valores. Como costuma fazer comida todo dia, diz que o gás dura em média um mês e quinze dias na sua residência. Para ele, a única forma de economizar é a adoção de um método antigo de cozinhar. “Agora o jeito é voltar a fazer comida no fogão à lenha, porque pagar mais de R\$ 70 é difícil nesta crise”, lamentou.

A Petrobras também anunciou um novo reajuste dos combustíveis, valendo a partir de hoje. O valor da gasolina cairá 2,6% nas refinarias e o do diesel, 0,20%. A nova política de revisão de preços foi divulgada pela empresa no dia 30 de junho, com o objetivo de “acompanhar as condições do mercado e enfrentar a concorrência de importados”, segundo a empresa.

Ao contrário de antes, quando a empresa passava um mês para reajustar os valores, agora a empresa “avalia todas as condições do mercado para se adaptar”, o que, de acordo com a estatal, pode ocorrer diariamente. Além da concorrência, a companhia também alega outros fatores no processo de decisão de preços, como o câmbio e as cotações internacionais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Shell deixa a Comgás

A Cosan Indústria e Comércio informou que a Shell exerceu opção de venda da fatia de 16,77% que detém na Comgás à Cosan Limited, pelo preço de R\$ 53,05 por ação. A operação soma R\$ 1,156 bilhão. A Cosan Limited é controladora da Comgás. Em contrapartida, a Cosan Limited pagará R\$ 208,650 milhões à Shell na data de fechamento da operação; mais R\$ 214,9 milhões no aniversário de um ano da conclusão da transação; e entregará ainda 4,99% da fatia que detém na Cosan Indústria e Comércio. O fechamento da transação depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

CVM X Petrobras

A CVM abriu processo sancionador em que acusa 40 pessoas entre atuais e ex-administradores da Petrobras. O caso analisa infrações às normas contábeis, em vista de irregularidades e inconsistências na elaboração dos testes de

recuperabilidade ("impairment") efetuados, ou não, para a UGC Abastecimento. Entre os acusados estão o diretor financeiro e de relações com investidores, Ivan Monteiro, o diretor executivo de refino e gás natural, Jorge Celestino e a diretora de exploração e produção, Solange Guedes. A UGC Abastecimento é a sigla que define o conjunto de ativos que compõem as refinarias, terminais e dutos, e os ativos logísticos operados pela Transpetro. Também estão na lista de acusados os ex-presidentes Aldemir Bendine, Maria das Graças Foster e José Sérgio Gabrielli, assim como ex-diretores envolvidos na operação Lava-Jato. Além deles, os ex-membros do conselho da Petrobras Guido Mantega, Jorge Gerdau Johannpeter, Miriam Belchior e Fábio Barbosa estão na lista de acusados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Venda da Cesp será retomada com novo prazo de concessão

O governo do Estado de São Paulo está com conversas avançadas com a União para lançar uma nova modelagem da privatização da Cesp, desta vez com a concessão da sua principal usina, a hidrelétrica de Porto Primavera, renovada por mais 20 anos depois de seu vencimento, em 2028. Em troca, deve haver o pagamento de uma outorga, que ficará com o governo federal - plano que já tinha sido proposto pela União à São Paulo mas foi rejeitado.

Depois de avaliar o interesse do mercado, o governo paulista recuou e suspendeu o certame para poder voltar a conversar com a União. O **Valor** apurou que o leilão, originalmente marcado para 26 de setembro, deve acontecer no primeiro trimestre do ano que vem. A ideia do governo paulista, com as mudanças, é atrair um número maior de investidores interessados na companhia, e conseguir, consequentemente, receber um ágio.

Uma das mudanças com essa finalidade é o aumento do percentual das indenizações controversas que vai ficar com o novo controlador da companhia. A Cesp tem R\$ 3 bilhões em valor incontroverso a receber - já incluído no preço da companhia - e outros R\$ 9 bilhões pleiteados do governo. Pelo edital anterior, o novo sócio ficaria com apenas 1% do que for recebido. Agora, o comprador deverá ficar com algo entre 10% e 20% do montante a ser recebido da União.

Com a renovação da concessão de Porto Primavera, o governo federal poderá cobrar uma outorga pela companhia, montante que será destinado integralmente aos cofres do Tesouro. A divisão de um eventual ágio, porém, será diferente. Na discussão anterior, a União defendia ficar com a maior

parcela do ágio. Agora, o governo de São Paulo é que deve embolsar uma quantia maior.

Não foi definido ainda se o preço mínimo estabelecido antes, de R\$ 16,80 por ação, será mantido. Com a cobrança de outorga, o comprador precisará desembolsar um valor superior aos R\$ 5,4 bilhões do edital anterior, mas todas as condições do ativo devem ser aprimoradas, mantendo um retorno adequado do investimento.

Com a devolução da maior parte das suas concessões vencidas à União, a Cesp hoje tem três usinas hidrelétricas em seu portfólio: Porto Primavera, de 1.540 megawatts (MW) de potência e vencimento em 2028, Paraibuna, de 87 MW e vencimento em 2021, e Jaguari, com 27,6 MW e vencimento em 2020.

O governo paulista chegou a negociar com a União a possibilidade de estender a concessão de Porto Primavera, mas prosseguiu com o contrato atual por considerar os termos impostos pelo governo desfavoráveis. Em julho, no entanto, foi iniciada a consulta pública do Ministério de Minas e Energia (MME) para discutir a reforma do setor, incluindo a possibilidade de privatização da energia no regime de cotas.

Segundo uma fonte com conhecimento da situação, com o início da consulta pública, foi possível fazer o governo mudar de ideia a respeito da divisão do ágio, tornando as condições mais atrativas para o governo paulista. Além disso, desde a publicação do edital, em julho, a equipe responsável pela privatização conversou com muitos investidores, e pôde avaliar melhor os pleitos dos interessados.

Um obstáculo decisivo para que o leilão fosse suspenso foi a concorrência com a licitação das hidrelétricas que eram da Cemig. Nesse caso, além de serem apenas concessões de ativos - e não uma companhia -, as usinas da Cemig foram colocadas à venda com contratos de longo prazo e livres de risco hidrológico.

Caso os planos da Cesp se concretizem, a usina de Porto Primavera será 100% descontratada a partir de 2028, quando começará o novo prazo de sua concessão e terminarão os contratos vigentes com as distribuidoras.

Outro pedido dos investidores era de um prazo maior para avaliar todos os passivos não registrados em balanço da companhia, que somam algo próximo de R\$ 13 bilhões. Mesmo durante o período de suspensão do leilão, o "data room" (sala de informações) da Cesp continua com acesso disponível aos investidores habilitados.

Embora as conversas sobre a renovação da concessão de Porto Primavera tenham sido retomadas depois da publicação da nota técnica sobre a reforma

do setor elétrico, esse processo não depende da aprovação de uma Medida Provisória (MP) ou projeto de lei com as mudanças. A expectativa dos envolvidos com a venda da Cesp, segundo o **Valor** apurou, é de que um decreto presidencial seja publicado em breve estabelecendo o arcabouço legal para a operação.

Depois disso, deve ser necessária a publicação de um novo edital e a realização de novo processo de consulta pública. Por isso, o leilão deve ficar para o começo de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Bioenergy obtém liminar contra execução da Aneel

A geradora brasileira Bioenergy obteve liminar da Justiça Federal do Distrito Federal que impede a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de aplicar as punições previstas à empresa por não ter cumprido o cronograma de implantação dos parques eólicos Marco dos Ventos 1 e 2, no Maranhão.

A autarquia havia determinado a aplicação de penalidades, como a suspensão por dois anos do direito de participação em leilões de energia, e a execução das garantias financeiras relativas aos dois empreendimentos. Os dois projetos, que venceram leilão de energia em 2011, têm capacidade prevista de 28,8 megawatts (MW) cada.

De acordo com a liminar, da 2ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, como a companhia geradora não teve condições de construir os parques por questões alheias à vontade da empresa, "não pode a autoridade da Aneel imputar consequências punitivas à impetrante, sob pena de violação do princípio constitucional da legalidade".

Segundo Tiago Cosenza, sócio do escritório Leite, Tosto e Barros Advogados, que representa a Bioenergy no processo, a companhia teve uma série de problemas que impediu a construção dos parques. A empresa, então, tentou negociar a alteração do cronograma de forma amigável com a agência reguladora, que não aceitou a proposta e determinou a aplicação de penalidades e execução das garantias.

"Em paralelo, a Aneel foi dando oportunidades [para outras empresas que tiveram problemas de cronograma], inclusive com a realização de um leilão de desconstrução", afirma Tiago Cosenza, ao **Valor**.

Com a decisão liminar, a agência fica impedida de aplicar as punições, até que o processo seja julgado pela Justiça, que determinará se há alguma penalidade aplicável e, em caso afirmativo, qual será a dosimetria adotada.

Os dois projetos participaram de leilão do tipo "A-5" (que negocia contratos com início de fornecimento de energia cinco anos à frente), no ano de 2011. Na ocasião, os projetos haviam sido inabilitados tecnicamente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), por não comprovarem a posse das áreas necessárias para a construção dos parques, mas tiveram a participação aprovada por meio de decisão judicial provisória.

O resultado do leilão foi homologado pela Aneel, porém, posteriormente, a Justiça restabeleceu a decisão da EPE contra a habilitação das duas usinas.

Em 2016, a agência reguladora revogou as outorgas dos projetos e abriu o processo de execução das garantias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Justiça suspende venda de campos da Petrobras

A Justiça Federal de Sergipe suspendeu, por meio de uma liminar, a venda dos campos de Lapa e Iara, no pré-sal da Bacia de Santos, da Petrobras para a francesa Total. O negócio faz parte de um acordo de US\$ 2,2 bilhões, assinado entre as duas petroleiras no início do ano, antes da divulgação da nova sistemática de venda de ativos da estatal, e envolve também 50% da TermoBahia - empresa que controla as termelétricas a gás Rômulo de Almeida e Celso Furtado.

A decisão foi proferida pelo juiz Edmilson da Silva Pimenta, em resposta a uma ação da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). O juiz defendeu que o negócio "não se amolda às hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade de licitação". O magistrado argumenta ainda que a legislação permite a venda, desde que observados os princípios da legalidade e da publicidade, mas que "esses regramentos não estão sendo obedecidos sequer minimamente".

A Petrobras anunciou em março a venda de uma participação de 22,5% na área de Iara (Sururu, Berbigão e Atapu), no bloco BM-S-11, e de 35% no campo de Lapa (BM-S-9), para a Total. A petroleira brasileira manteve uma fatia de 42,5% e a operação em Iara. Já no caso de Lapa, cedeu a operação do projeto para a francesa e manteve-se no campo com uma participação de apenas 10%.

No processo, a FNP alega que, embora a Petrobras tenha chamado a operação de aliança estratégica, a negociação se trata de uma venda de ativos e foi feita sem licitação, em desobediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Já a Petrobras defende que a operação ocorreu com a autorização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e que, ao contrário do que a FNP argumenta, o programa de parcerias e desinvestimentos da estatal se pautava nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, bem como no Regulamento Licitatório Simplificado da Petrobras. A petroleira defende, ainda, que inviabilizar o negócio "importa atentar contra a saúde financeira da Petrobras, caracterizando um claro perigo de dano reverso".

A venda de Iara e Lapa ainda depende do aval da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para ser sacramentada. Caso seja fechada, ela marca a estreia da Total como operadora no pré-sal brasileiro.

Em agosto, a Justiça Federal de Sergipe também suspendeu a venda de 50% da TermoBahia para a francesa, mas a liminar foi derrubada logo no mês seguinte pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Gerdaud muda para SP

A partir do início de janeiro, quando assume seu novo presidente-executivo, o primeiro fora da família, a Gerdaud traz para São Paulo a sua sede corporativa, deixando a Avenida Farrapos, no centro de Porto Alegre. Todos os executivos da companhia vão ficar baseados na capital paulista, onde o grupo já tem um escritório que abrange as atividades no Brasil - Aços Longos e Aços Especiais. Conforme a empresa, a mudança faz parte da evolução da governança do grupo, anunciada em agosto, quando foi comunicada a troca de comando, com a saída de André Gerdaud e entrada em seu lugar de Gustavo Werneck da Cunha, que hoje é diretor executivo da Operação Brasil. Além do comando executivo, virão para São Paulo parte das áreas corporativas, que dão apoio à diretoria-executiva. Outra parte será transferida para os escritórios da usina Riograndense, em Sapucaia do Sul. Ao todo, na tradicional sede da Farrapos trabalham cerca de 80 pessoas. Os membros família, que estarão somente nos conselhos da Gerdaud e da holding Metalúrgica Gerdaud vão permanecer em prédio próximo ao atual, em escritório da própria família.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Cleyton Vilarino e Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Usinas do Centro-Sul estão cada vez mais alcooleiras**

O balanço da produção sucroalcooleira do Centro-Sul na segunda metade de setembro, divulgado ontem pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), confirmou a tendência de uma safra cada vez menos açucareira. Foi expressiva a queda da produção da commodity no período, o que inclusive ofereceu impulso a suas cotações na bolsa de Nova York.

Naquele mercado, os contratos do açúcar demerara para entrega em março de 2018, os mais negociados, subiram 17 pontos, ou 1,21%, para 14,17 centavos de dólar a libra-peso. Já os papéis com vencimento em maio avançaram 13 pontos, para 14,24 centavos de dólar a libra-peso - o maior patamar em três pregões.

Segundo a Unica, a produção de açúcar na segunda quinzena de setembro alcançou 2,8 milhões de toneladas, queda de 3,9% na comparação com o mesmo período da temporada passada - a redução mais expressiva na base anual desde maio. O volume também foi menor que o da quinzena anterior e ficou abaixo das expectativas, afirmou Murilo Aguiar, analista da consultoria INTL FCStone.

Essa redução é fruto da preferência que as usinas continuam dando cada vez mais para a produção de etanol, que está oferecendo uma remuneração melhor. Na quinzena, 46,5% do caldo da cana foi direcionado para a produção de açúcar, ante 50,2% no mesmo período da safra passada.

Colaborou também para essa queda a redução do volume de cana moída no período - de 40,3 milhões de toneladas, recuo de 5,2%. O aumento da concentração da sacarose na cana, por sua vez, minimizou essa retração. A quantidade de açúcares totais recuperáveis (ATR) avançou 9,3%, para 159,3 quilos por tonelada de cana.

Segundo Aguiar, a tendência para as próximas quinzenas é de um mix cada vez mais alcooleiro, como costuma ocorrer conforme se aproxima o fim da safra. Entretanto, esse movimento não deve reverter a correlação mais açucareira desta safra ante a anterior.

Desde o início da temporada, 48,2% do caldo da cana foi direcionado para o açúcar, praticamente 2 pontos percentuais a mais que no mesmo período da safra passada.

A Unica informou também que as vendas de etanol hidratado das usinas ao mercado interno subiu, alcançando 1,4 bilhão de litros, alta de 0,6% ante agosto, em mais um sinal de recuperação do consumo.

A entidade realçou que essas vendas são do etanol combustível e para "uso industrial, consumo próprio e quebra" e que, portanto, é preciso cautela ao comparar com as vendas das distribuidoras, informadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Para Aguiar, com as estimativas de crescimento do PIB em 2018, o mix da safra 2018/19 pode ser mais alcooleiro, criando então um "pisso" para o preço do açúcar. Por outro lado, o baixo nível de fixação de preços por parte dos produtores pode limitar movimentos de alta, disse.

MME / ASCOM .